

Relatório Anual 2015

Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Progresso - Sicredi Progresso PR/SP



Diretoria Executiva de TI e Operações
Superintendência de Operações Administrativas
Gerência de Controladoria



RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Progresso - Sicredi Progresso PR/SP
Toledo - PR

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Progresso - Sicredi Progresso PR/SP, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Cooperativa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Cooperativa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Progresso - Sicredi Progresso PR/SP em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Porto Alegre, 25 de fevereiro de 2016.



Joelson de Siqueira de Souza
Contador - CRC - PR 051818/O-7
CNAI 2481

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos, bem como das atividades e ações desenvolvidas no exercício de 2015 na Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Progresso - Sicredi Progresso PR/SP.

1. Situação Econômico-Financeira e Patrimonial

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a "transparência na gestão", esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

A Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Progresso - Sicredi Progresso PR/SP encerrou o exercício de 2015 com ativos totais de R\$ 327.502 mil, aumento de 22,68% em relação ao mesmo período do exercício anterior, destacando-se:

I - Operações de Crédito

O saldo das operações de crédito totalizaram, em dezembro de 2015 R\$ 187.847 mil, com evolução de 10,40% em relação ao mesmo período de 2014.

A classificação da carteira por níveis de risco, que abrange além das operações mencionadas no parágrafo anterior, as operações relativas a outros créditos, seguindo os procedimentos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional. Em dezembro de 2015, as operações classificadas como "risco normal", que abrangem os níveis "A" até "C", somaram R\$ 166.387 mil, representando 85,50% do total da carteira. As operações classificadas como "risco 1", que incluem os níveis "D" a "G", totalizaram R\$ 23.908 mil, compondo 12,28% da carteira. O "risco 2", formado exclusivamente por operações de nível "H" e que exigem 100% da provisão, totalizou R\$ 4.320 mil ou 2,22% do total. (Nota 6 c).

II - Recursos Captados e Administrados

Os recursos captados e administrados formados pelo total de depósitos, convênios, arrecadações e patrimônio líquido, totalizaram R\$ 249.068 mil em dezembro de 2015, com incremento de 27,44% em relação ao mesmo período de 2014.

O saldo de depósitos a prazo atingiu o valor de R\$ 141.338 mil, com crescimento de 35,09% em relação a dezembro de 2014. Os depósitos à vista tiveram uma variação de 16,68% em doze meses e alcançaram o valor de R\$ 39.737 mil.

III - Patrimônio Líquido

A Cooperativa registrou em dezembro de 2015 um patrimônio líquido de R\$ 67.425 mil, tendo um aumento de 19,49% em relação ao mesmo período do ano anterior.

2. Plano de Negócios

A Cooperativa elaborou o plano de negócio e estudo de viabilidade econômica com vistas à ampliação de área de atuação, em conformidade com o disposto no artigo 6 da Res. CMN nº 4.434/2015.

Informamos que as premissas constantes no plano de negócios e estudo de viabilidade econômica encaminhados ao Banco Central foram alcançadas parcialmente, conforme demonstrado na planilha abaixo:

Dados	Estimado	Realizado
Associados	20.047	20.695
Carteira de Crédito *	179.395	176.189
Depósitos	156.807	181.075
Patrimônio Líquido	68.900	67.425
Capital	35.077	40.562
Resultado Antes das Destinações	10.309	10.315
Rentabilidade do PL	14,96%	15,30%

valores em milhares de Reais

* Saldo reduzido das provisões para operações de crédito.

3. Controles Internos e Compliance

O Sicredi está continuamente aprimorando o seu sistema de controles internos, face a complexidade dos serviços e produtos ofertados e a crescente demanda por parte dos associados. Com a implantação de políticas, procedimentos, normas e ferramentas de monitoramento, a Instituição busca assegurar a conformidade com leis e regulamentos, prevenir e reduzir riscos inerentes as atividades exercidas no seu campo de atuação.

A política de controles internos estabelece diretrizes que procuram reforçar, periodicamente, o alinhamento do sistema de controles internos com os objetivos fixados pela Instituição relacionados as estratégias globais do negócio e as demais políticas institucionais. Da mesma forma, as atividades de controles são avaliadas sistematicamente assegurando a observância quanto às regulamentações emitidas pelas autoridades fiscalizadoras.

4. Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo - PLD/CFT

O Sicredi adota processos e sistemas específicos de prevenção, com a finalidade de assegurar que suas atividades sejam conduzidas em ambiente de controles adequados à prevenção de riscos relacionados aos crimes de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo.

Atentos à legislação e às normas dos órgãos reguladores, buscamos constantemente adequar-nos aos novos procedimentos exigidos, especialmente em atendimento à Circular nº 3.461/09 e Cartas-Circulares nº 3.409/09, nº 3.430/10 e nº 3.542/12 do Banco Central do Brasil.

Nesse contexto, a instituição mantém investimentos em treinamentos contínuos para todos os colaboradores a fim de reforçar as melhores práticas de controles internos.

5. Gerenciamento de Riscos

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O processo de gerenciamento do risco operacional no Sicredi é um conjunto de ações que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição individualmente, o conglomerado, bem como as demais empresas – não financeiras, estão expostas.

Os processos adotados podem ser resumidos em:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

O estabelecimento e disseminação das diretrizes, ferramentas e metodologias relativas ao risco operacional para todo Sistema está centralizada na Superintendência de Riscos e Economia do Banco Cooperativo Sicredi S.A, subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia. No que tange a responsabilidade pelo gerenciamento da disciplina, a estrutura é descentralizada, ou seja, cada entidade do Sistema deve indicar um diretor responsável perante o Banco Central do Brasil.

II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O Sicredi possui estrutura de gerenciamento de risco de mercado compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e com a dimensão da exposição ao risco de mercado do Sistema.

O gerenciamento do risco de mercado do Sistema está centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, sob responsabilidade da Gerência de Risco de Mercado, Liquidez e Alocação de Capital, subordinada à Diretoria Executiva de Recursos de Terceiros, Economia e Riscos.

A estrutura de risco de mercado estabelece as metodologias destinadas a mensurar e monitorar a exposição ao risco de mercado, tanto para as operações incluídas na Carteira de Negociação quanto para as demais posições, as quais abrangem todas as fontes relevantes de risco de mercado.

Estas metodologias, definidas seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor e alinhadas às melhores práticas de mercado, consideram a natureza das operações, a segregação das carteiras, o nível de complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado de cada Entidade do Sistema, incluindo:

- Valor em Risco (VaR);
- Teste de Estresse de Mercado;
- Teste de Estresse de Crédito Privado;
- Sensibilidade;
- GAPs por Fator de Risco;
- Duration;
- Teste de Aderência (Backtest).

III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O Sicredi possui estrutura de gerenciamento do risco de liquidez compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e com a dimensão da exposição ao risco de liquidez do Sistema.

O gerenciamento do Risco de Liquidez do Sistema está centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, sob responsabilidade da Gerência de Risco de Mercado, Liquidez e Alocação de Capital, subordinada à Diretoria Executiva de Recursos de Terceiros, Economia e Riscos. Os instrumentos de gestão do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Fluxo de Caixa;
- Limites Operacionais;
- Demonstrativo do Risco de Liquidez (DRL);
- Plano de Contingência;

Adicionalmente, para as cooperativas singulares, calcula-se um nível mínimo de liquidez como o percentual a ser aplicado sobre a base total diária de depósitos. Tais recursos devem ser mantidos na centralização financeira, sob a administração do Banco. O nível mínimo de liquidez é composto pela soma de quatro parcelas que abrangem as principais fontes de risco potenciais:

- Volatilidade dos depósitos;
- Concentração de recursos;
- Crédito pré-aprovado;
- Coobrigações e repasses.

IV - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi S.A. responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

O gerenciamento do risco de crédito nas instituições financeiras é regulado pela Resolução CMN nº 3.721/09 e a estrutura estabelecida pelo Sicredi está em conformidade com o referido normativo.

V - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco operacional pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Conheça o Sicredi\Relatório\Gestão de Riscos".

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2015
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Progresso - Sicredi Progresso PR/SP
CNPJ/MF nº 76.059.997/0001-17

ATIVO	31/12/2015	31/12/2014	PASSIVO	31/12/2015	31/12/2014
CIRCULANTE	261.920	208.220	CIRCULANTE	126.438	109.665
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	4.194	3.012	DEPÓSITOS (NOTA 10)	58.787	49.055
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	110.380	73.987	Depósitos à Vista	39.737	34.057
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	25	12	Depósitos a Prazo	19.050	14.998
Tesouro Nacional--Recursos Crédito Rural	36	65	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	46.290	41.921
Correspondentes no país	225	237	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	303	1
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	110.094	73.673	Repases Interfinanceiros (NOTA 11)	45.987	41.920
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	131.204	115.656	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	568	330
Operações de Crédito	137.329	121.253	Recursos em Trânsito de Terceiros	568	330
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(6.125)	(5.597)	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 12)	4.553	4.422
OUTROS CRÉDITOS	11.669	9.680	Empréstimos País - Outras Instituições	4.553	4.422
Créditos por Avals e Fianças Honrados	103	-	OUTRAS OBRIGAÇÕES	16.240	13.937
Rendas a Receber	1.588	1.981	Cobrança e Arrecadação de Tributos	52	51
Diversos (NOTA 07)	10.123	7.766	Sociais e Estatutárias	1.379	1.617
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(145)	(67)	Fiscais e Previdenciárias	487	728
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 08)	4.473	5.885	Diversas (NOTA 13)	14.322	11.541
Outros Valores e Bens	4.333	5.865	NÃO CIRCULANTE	133.639	100.876
(Provisão para desvalorização)	(6)	-	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	133.639	100.876
Despesas Antecipadas	146	20	DEPÓSITOS (NOTA 10)	122.288	89.630
NÃO CIRCULANTE	65.582	58.746	Depósitos a Prazo	122.288	89.630
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	47.891	43.604	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	4.280	4.306
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	1.711	-	Repases Interfinanceiros (NOTA 11)	4.280	4.306
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.711	-	OUTRAS OBRIGAÇÕES	7.071	6.940
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	44.985	43.376	Diversas (NOTA 13)	7.071	6.940
Operações de Crédito	50.518	48.897	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	67.425	56.425
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(5.533)	(5.521)	CAPITAL SOCIAL (NOTA 15)	40.562	33.737
OUTROS CRÉDITOS	1.195	226	De Domiciliados no País	42.041	36.013
Diversos (NOTA 07)	1.195	226	(Capital a Realizar)	(1.479)	(2.276)
OUTROS VALORES E BENS	-	2	RESERVAS DE SOBRAS	25.007	20.262
Despesas Antecipadas (NOTA 08)	-	2	SOBRAS ACUMULADAS	1.856	2.426
PERMANENTE	17.691	15.142	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	327.502	266.966
INVESTIMENTOS (NOTA 09a)	10.654	10.654			
Outros Investimentos	10.654	10.654			
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 09b)	4.385	2.679			
Imóveis de Uso	12	11			
Outras Imobilizações de Uso	7.747	5.621			
(Depreciação acumulada)	(3.374)	(2.953)			
INTANGÍVEL (NOTA 09b)	2.652	1.809			
Outros Ativos Intangíveis	4.360	3.124			
(Amortização acumulada)	(1.708)	(1.315)			
TOTAL DO ATIVO	327.502	266.966			

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Progresso - Sicredi Progresso PR/SP
CNPJ/MF nº 76.059.997/0001-17

Descrição das contas	Resolução CFC Nr.1.013/05			Resolução CFC Nr.1.013/05			Resolução CFC Nr.1.013/05		
	01/07/2015 a 31/12/2015			01/01/2015 a 31/12/2015			01/01/2014 a 31/12/2014 (Reapresentado 2 a)		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Cosif Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Cosif Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Cosif Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	23.261	1	23.262	43.477	2	43.479	37.044	1	37.045
Operações de Crédito	23.253	1	23.254	43.465	2	43.467	37.032	1	37.033
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	7	-	7	7	-	7	-	-	-
Resultado das Aplicações Compulsórias	1	-	1	5	-	5	12	-	12
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(13.724)	(214)	(13.938)	(25.847)	(342)	(26.189)	(19.302)	(217)	(19.519)
Operações de Captação no Mercado	(8.061)	(11)	(8.072)	(13.927)	(18)	(13.945)	(7.951)	(6)	(7.957)
Operações de Empréstimos e Repasses	(2.248)	(203)	(2.451)	(4.316)	(324)	(4.640)	(3.188)	(211)	(3.399)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.415)	-	(3.415)	(7.604)	-	(7.604)	(8.163)	-	(8.163)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	9.537	(213)	9.324	17.630	(340)	17.290	17.742	(216)	17.526
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(4.244)	2.066	(2.178)	(9.756)	3.005	(6.751)	(10.299)	2.934	(7.365)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	1.959	2.413	4.372	3.652	4.399	8.051	3.536	4.140	7.676
Rendas de Tarifas Bancárias	1.119	-	1.119	2.224	-	2.224	1.883	-	1.883
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(7.145)	(642)	(7.787)	(13.647)	(1.020)	(14.667)	(8.673)	(572)	(9.245)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(5.116)	(804)	(5.920)	(10.018)	(1.321)	(11.339)	(7.938)	(1.209)	(9.147)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(23)	(123)	(146)	(64)	(225)	(289)	(65)	(212)	(277)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 2a/Nota 17)	8.390	1.477	9.867	14.752	1.575	16.327	9.798	1.104	10.902
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 18)	(3.428)	(255)	(3.683)	(6.655)	(403)	(7.058)	(8.840)	(317)	(9.157)
RESULTADO OPERACIONAL	5.293	1.853	7.146	7.874	2.665	10.539	7.443	2.718	10.161
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	46	(101)	(55)	(61)	(163)	(224)	734	(28)	706
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	5.339	1.752	7.091	7.813	2.502	10.315	8.177	2.690	10.867
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	5.339	1.752	7.091	7.813	2.502	10.315	8.177	2.690	10.867
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	2.502	(2.502)	-	2.690	(2.690)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	5.339	1.752	7.091	10.315	-	10.315	10.867	-	10.867
DESTINAÇÕES	-	-	-	(8.459)	-	(8.459)	(8.441)	-	(8.441)
Juros sobre o Capital Próprio (Nota 15 b)	-	-	-	(3.449)	-	(3.449)	(2.907)	-	(2.907)
Fates - Estatutário (Nota 15 c)	-	-	-	(265)	-	(265)	(347)	-	(347)
Reserva Legal - Estatutária (Nota 15 c)	-	-	-	(3.182)	-	(3.182)	(4.159)	-	(4.159)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(1.563)	-	(1.563)	(1.028)	-	(1.028)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	1.856	-	1.856	2.426	-	2.426

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Progresso - Sicredi Progresso PR/SP

CNPJ/MF nº 76.059.997/0001-17

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2014	28.342	15.075	1.769	45.186
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	1.765	-	(1.765)	-
Outras destinações	-	-	(4)	(4)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	2.978	-	-	2.978
Baixas de capital	(1.777)	-	-	(1.777)
Resultado do período	-	-	10.867	10.867
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(347)	(347)
Reserva Legal - Estatutária	-	4.159	(4.159)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.429	-	(2.907)	(478)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.028	(1.028)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2014	33.737	20.262	2.426	56.425
Mutações do Período	5.395	5.187	657	11.239
Saldos no início do período em 01/01/2015	33.737	20.262	2.426	56.425
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	2.421	-	(2.421)	-
Outras destinações	-	-	(5)	(5)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	2.741	-	-	2.741
Baixas de capital	(1.700)	-	-	(1.700)
Resultado do período	-	-	10.315	10.315
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário (Nota 15c)	-	-	(265)	(265)
Reserva Legal - Estatutária (Nota 15c)	-	3.182	(3.182)	-
Juros sobre o Capital Próprio (Nota 15b)	3.363	-	(3.449)	(86)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.563	(1.563)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2015	40.562	25.007	1.856	67.425
Mutações do Período	6.825	4.745	(570)	11.000
Saldos no início do período em 01/07/2015	36.653	20.262	3.224	60.139
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	1.494	-	-	1.494
Baixas de capital	(948)	-	-	(948)
Resultado do período	-	-	7.091	7.091
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário (Nota 15c)	-	-	(265)	(265)
Reserva Legal - Estatutária (Nota 15c)	-	3.182	(3.182)	-
Juros sobre o Capital Próprio (Nota 15b)	3.363	-	(3.449)	(86)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.563	(1.563)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2015	40.562	25.007	1.856	67.425
Mutações do Período	3.909	4.745	(1.368)	7.286

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Progresso - Sicredi Progresso PR/SP
CNPJ/MF nº 76.059.997/0001-17

	01/07/2015 a 31/12/2015	01/01/2015 a 31/12/2015	01/01/2014 a 31/12/2014
RESULTADO DO EXERCÍCIO AJUSTADO	7.754	11.741	12.292
Resultado do exercício	7.091	10.315	10.867
AJUSTES AO RESULTADO DO EXERCÍCIO	663	1.426	1.425
(Reversão) Provisão para operações de crédito	707	540	2.809
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(15)	6	(990)
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	47	78	12
Depreciação do imobilizado de uso	359	668	536
Amortização do intangível	236	393	355
Baixas do ativo permanente	39	64	12
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	(47)	163	(828)
Destinações ao FATES	(265)	(265)	(347)
Dividendos SicrediPar	(398)	(221)	(134)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	9.383	30.296	9.176
(Aumento) Redução em direitos junto a participantes de sistemas de liquidação	2.535	(13)	129
(Aumento) Redução em créditos vinculados	(34)	29	(63)
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	12	12	105
(Aumento) Redução em operações de crédito	(7.569)	(17.697)	(27.308)
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	(4.310)	4.342	12.357
(Aumento) Redução em outros créditos	37	(2.815)	(1.461)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	(1.063)	1.408	(3.447)
Aumento (Redução) em depósitos	15.846	42.390	25.703
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	179	238	4
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	305	131	944
Absorção de dispêndios pelo FATES	-	(346)	(338)
(Redução) Aumento em outras obrigações	3.445	2.617	2.551
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	17.137	42.037	21.468
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(1.711)	(1.711)	-
Aquisição de Investimentos	-	-	(2.210)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(1.264)	(2.436)	(945)
Aplicações no Intangível	(566)	(1.237)	(665)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(3.541)	(5.384)	(3.820)
Integralização de capital	1.494	2.741	2.978
Baixa de capital	(948)	(1.700)	(1.777)
Juros ao capital próprio	(86)	(86)	(478)
Distribuição de Sobras	-	(5)	(4)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	460	950	719
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	14.056	37.603	18.367
Caixa e equivalente de caixa no início do período	100.232	76.685	58.318
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	114.288	114.288	76.685

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Progresso - Sicredi Progresso PR/SP, é uma cooperativa de crédito singular, filiada à Cooperativa Central de Crédito e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ. Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 30/08/1981 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas e a do Sicredi. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança). Além disso, o uso de recursos dos Fundos implica na majoração dessas contribuições mensais.

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas, e estão sendo apresentadas, na forma da legislação societária e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, especificamente aquelas aplicadas às entidades cooperativas, as disposições das Leis nº 4.595/64 e nº 5.764/71, com alterações da Lei Complementar nº 130/09 e às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional – CMN, Banco Central do Brasil – Bacen, e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

O CPC, desde o ano de 2008, emite normas e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade. A Cooperativa aplicou os seguintes pronunciamentos, já recepcionados pelo Bacen: CPC 01 (Redução ao valor recuperável de ativos), CPC 03 (Demonstração dos fluxos de caixa), CPC 05 (Divulgação sobre partes relacionadas), CPC 23 (Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro), CPC 24 (Eventos subsequentes) e CPC 25 (Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes). Os demais pronunciamentos serão aplicáveis a partir de sua aprovação pelo órgão regulador.

a) – Reapresentação dos valores correspondentes apresentados de forma comparativa

As provisões para pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social divulgadas nas demonstrações de 31 de dezembro de 2014 foram revertidas e estão reapresentadas no grupo Outros Ingressos e Receitas Operacionais para fins de comparação na Demonstração de Sobras ou Perdas do exercício de 2015, conforme previsto no Pronunciamento Técnico - CPC 23. Os valores que foram alterados estão a seguir indicados:

Descrições	31 de dezembro de 2014		
	Reapresentado	Ajuste pró forma	Saldos original divulgado em 2014
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	10.902	(407)	11.309
Provisão para Imposto de Renda		248	(248)
Provisão para Contribuição Social		159	(159)

valores em milhares de Reais

A autorização para a conclusão destas demonstrações contábeis foi dada pela Diretoria em 24 de fevereiro de 2016.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro rata" dia e calculadas com base no modelo exponencial. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias "pro-rata" dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Permanente" item "b", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Permanente" item "b".

k) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

l) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado, os bens não de uso próprio e os outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base "pro-rata" dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

o) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

p) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.823/09 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

q) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

Caixa e equivalentes de caixa	31/12/2015	31/12/2014
Disponibilidades	4.194	3.012
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	110.094	73.673
Total	114.288	76.685

valores em milhares de Reais

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	31/12/2015			31/12/2014	
	Circulante	Não Circulante	Total	Total	
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	1.711	1.711	-	
Total das Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	1.711	1.711	-	

valores em milhares de Reais

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	81.777	37.128	118.905	104.463
Financiamentos	7.429	8.946	16.375	18.821
Financiamentos rurais e agroindustriais	48.123	4.444	52.567	46.866
Carteira total	137.329	50.518	187.847	170.150

valores em milhares de Reais

b) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	31/12/2015				Total da Carteira	31/12/2014
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	2.061	13.721	20.013	24.402	60.197	58.890
Rural	572	5.018	42.533	4.444	52.567	46.866
Industrial	64	4.488	8.173	4.171	16.896	13.562
Comércio	261	18.533	10.310	11.502	40.606	32.489
Outros Serviços	192	5.201	6.189	5.999	17.581	18.343
Total	3.150	46.961	87.218	50.518	187.847	170.150

valores em milhares de Reais

c) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para operações de Crédito	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Nível A	0,50	93.622	33.046	468	165
Nível B	1,00	54.410	90.418	544	904
Nível C	3,00	18.355	28.750	551	863
Nível D	10,00	11.601	9.637	1.160	964
Nível E	30,00	7.986	3.393	2.396	1.018
Nível F	50,00	3.305	1.787	1.653	893
Nível G	70,00	1.016	1.225	711	857
Nível H	100,00	4.320	5.509	4.320	5.509
Total (i)		194.615	173.765	11.803	11.173

valores em milhares de Reais

Em abril/2015, implantou-se nova metodologia de classificação de risco de crédito no Sicredi, com o objetivo de reduzir processos operacionais, bem como auferir maior acurácia e eficiência no processo de provisão para devedores duvidosos. A nova metodologia é baseada em abordagem estatística, considerando testes e estudos quantitativos das perdas históricas da carteira de crédito, objetivando estabelecer o volume adequado de provisão para a perda esperada do portfólio.

De acordo com o CPC 23 apresentamos a mudança na estimativa contábil da Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Progresso - Sicredi Progresso PR/SP a qual registrou um aumento de provisão para operações de crédito de 10,93% em relação a metodologia anterior. A comparação com o exercício anterior encontra-se no quadro acima.

(i) Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	103	-	103	-
Devedores por compra de valores e bens	267	1.195	1.462	265
Títulos e créditos a receber	5.203	-	5.203	3.350
Total	5.573	1.195	6.768	3.615

valores em milhares de Reais

d) Operações renegociadas e em prejuízo

Em conformidade com a Resolução CMN nº 2.682/99, artigo 11º, III, os montantes de operações renegociadas, lançadas contra prejuízo e recuperadas de prejuízo estão assim compostos:

Operações	31/12/2015	31/12/2014
Renegociadas	12.061	15.785
Lançadas contra prejuízo (i)	12.906	7.027
Recuperadas de prejuízo (i)	3.248	3.039

valores em milhares de Reais

(i) Os saldos apresentados estão atualizados com os juros contratuais e encargos de inadimplência.

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

Outros Créditos - Diversos	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Adiantamentos e antecipações salariais	109	-	109	91
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	1.296	-	1.296	1.323
Devedores por compra de valores e bens	267	1.195	1.462	265
Devedores por depósitos em garantia	2.147	-	2.147	2.178
Impostos e contribuições a compensar	335	-	335	244
Títulos e créditos a receber	5.203	-	5.203	3.350
Devedores diversos - País	766	-	766	541
Total	10.123	1.195	11.318	7.992

valores em milhares de Reais

(i) Do saldo de R\$ 1.296 mil da conta de Adiantamentos para pagamentos de nossa conta, R\$ 1.278 mil refere-se a projetos de investimento em tecnologia para desenvolvimento de softwares em andamento.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

Bens não de uso próprio	31/12/2015	31/12/2014
Imóveis	3.642	5.632
Veículos e afins	291	227
Bens em regime especial	96	6
Subtotal Bens não de uso próprio	4.029	5.865

Material em estoque	304	-
---------------------	-----	---

Despesas antecipadas	146	22
----------------------	-----	----

Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(6)	-
---	-----	---

Total Outros Valores e Bens	4.473	5.887
------------------------------------	--------------	--------------

valores em milhares de Reais

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 6 mil de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 09 – PERMANENTE**a) Investimentos**

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2015	31/12/2014
Cooperativa Central Sicredi (i)	5.484	5.484
Sicredi Participações S.A. (i)	5.169	5.169
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores (i)	1	1
Total	10.654	10.654

valores em milhares de Reais

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central Sicredi	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Número de ações/quotas possuídas	1.667.843 ON	1.667.843 ON	1	1	5.484.125	5.484.125
	3.501.195 PN	3.501.195 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,64%	0,68%	0,72%	0,74%	3,55%	3,59%
Capital social	804.351	764.040	138	136	154.526	152.909
Patrimônio líquido	874.462	798.719	193.717	190.039	155.966	154.364
Lucro líquido do exercício	62.184	38.011	-	-	-	-
Valor do investimento	5.169	5.169	1	1	5.484	5.484

valores em milhares de Reais

b) Imobilizado de uso e intangível

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2015			31/12/2014
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizações em curso	-	627	-	627	73
Edificações	4%	12	(3)	9	9
Instalações	10%	2.362	(859)	1.503	792
Móveis e equipamentos de uso	10%	2.368	(1.137)	1.231	905
Sistema de comunicação	10%	94	(41)	53	51
Sistema de processamento de dados	20%	1.825	(1.141)	684	644
Sistema de segurança	10%	242	(110)	132	115
Sistema de transporte	20%	229	(83)	146	90
Imobilizado de Uso (i)	-	7.759	(3.374)	4.385	2.679
Intangível (ii)		4.360	(1.708)	2.652	1.809
Investimentos Confederação		4.360	(1.708)	2.652	1.809
Total Imobilizado de Uso e Intangível		12.119	(5.082)	7.037	4.488

valores em milhares de Reais

(i) Tomando por base as determinações do pronunciamento técnico CPC 01, a entidade não identificou a necessidade de adequação do valor dos ativos contabilizados, uma vez que os bens registrados no imobilizado apresentam valor residual inferior aos praticados pelo mercado.

(ii) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 10 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	31/12/2015			Total	31/12/2014
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses		Total
Depósitos à vista	39.737	-	-	39.737	34.057
Depósitos a prazo	11.633	7.417	122.288	141.338	104.628
Total	51.370	7.417	122.288	181.075	138.685

valores em milhares de Reais

NOTA 11 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

Obrigações por repasses interfinanceiros	31/12/2015			Total	31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total		Total
Recursos do Crédito Rural	45.987	4.280	50.267	46.226	
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	45.987	4.280	50.267	46.226	
Total	45.987	4.280	50.267	46.226	

valores em milhares de Reais

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de 1,5% a.a. até 8,75% a.a. com vencimento de 04/01/2016 até 05/06/2019.

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

Obrigações por empréstimos	31/12/2015			Total	31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total		Total
Empréstimos no país - outras instituições	4.553	-	4.553	4.422	
Cooperativa Central Sicredi	4.553	-	4.553	4.422	
Total	4.553	-	4.553	4.422	

valores em milhares de Reais

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de 0,041572% a.m. com vencimento em 17/03/2016.

NOTA 13 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

Outras obrigações - diversas	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Cheques administrativos	989	-	989	1.476
Obrigações por convênios oficiais	12	-	12	11
Obrigações por prestação de serviço de pagamento	83	-	83	11
Provisão para pagamentos a efetuar	3.206	-	3.206	2.032
Provisão para passivos contingentes (i)	2.385	-	2.385	2.193
Credores diversos - país (ii)	7.647	-	7.647	5.818
Outras dívidas subordinadas (iii)	-	7.071	7.071	6.940
Total	14.322	7.071	21.393	18.481

valores em milhares de Reais

(i) A conta 'Provisão para passivos contingentes' recebe, além dos registros detalhados na nota explicativa seguinte (Passivos Contingentes), o registro das provisões sobre as Coobrigações da Cooperativa no valor de R\$ 1.966 mil.

As provisões sobre coobrigações assumidas pelas singulares na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco Cooperativo Sicredi S.A., estão registradas na rubrica 4.9.9.35.90-9 – Provisão para Passivos Contingentes - Outros Passivos, e foram constituídas com base nos mesmos critérios preconizados na Resolução 2682/99 do Conselho Monetário Nacional – CMN.

(ii) A conta Credores Diversos - país, está assim composta:

Credores Diversos - País	31/12/2015	31/12/2014
Compensação a Regularizar	1	2
Parcelado Lojista	2.057	1.563
Agenda cartão Visa a pagar	1.889	1.428
Outros credores	1.652	1.613
Outros	2.048	1.212
Total	7.647	5.818

valores em milhares de Reais

(iii) As dívidas subordinadas elegíveis a capital refere-se a contratos de mútuo com cláusula de subordinação firmados em março de 2013 com vencimento em dezembro de 2021 pela Cooperativa e o Banco Cooperativo Sicredi S.A. com o objetivo de alavancar as operações de crédito.

NOTA 14 – PASSIVOS CONTINGENTES

Esta Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2015	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2015
Trabalhista	236	382	(262)	356
Cível	20	79	(36)	63
Total	256	461	(298)	419

Natureza	Probabilidade de Perda	Valor estimado de perda	Valor Provisionado 31/12/2015	Saldo em	Valor Provisionado Saldo em 31/12/2014
Trabalhista	Provável	356	356	356	236
Trabalhista	Possível	115	-	-	-
Cível	Provável	63	63	63	20
Cível	Possível	148	-	-	-
Tributária (i)	Possível	3.188	-	-	-
Total		3.870		419	256

valores em milhares de Reais

(i) Quanto a Contingência Tributária, a Cooperativa possui em andamento o processo administrativo nº 5001030-85.2010.4.04.7016. O processo encontra-se em fase de execução fiscal tramitando no STJ para apreciação de Recurso Especial, e atinge o valor de R\$ 537 mil cuja conclusão da análise jurídica é de que a probabilidade de perda é considerada possível.

(ii) Em fevereiro de 2011 foi aberto a Ação Anulatória de nº 5000145-37.2011.4.04.7016 no valor de R\$ 2.038 mil, sendo que a perspectiva dependerá do entendimento do TRF da 4ª Região acerca da Cooperativa poder pleitear a anulação de débitos decorrentes da CPMF, pois a sentença entendeu que a Cooperativa é mero agente arrecadador, por este motivo a ação foi classificada como possível.

(iii) Está em curso os processos de natureza tributária nº 10935.001025-2011-02 e nº 5000145-37.2011.404.7016, com a finalidade comprovar a ilegitimidade do recolhimento de INSS sobre faturas das Cooperativas de Trabalho. O valor desses tributos estão contabilizados na conta depósito judicial com provisão de 1.610 mil reconhecida na conta Credores Diversos País - Outros Credores.

Em janeiro de 2014 a alíquota da contribuição ao SAT foi alterada de 1% para 2% sobre a folha, visando atender ao disposto no Decreto nº 6.957/2009. Em abril de 2015 passou-se a recolher, para todas as entidades do Sicredi, a contribuição previdenciária relacionada ao INCRA, que corresponde a 0,2% sobre a folha de acordo com a jurisprudência administrativa e judicial. Os valores devidos foram recolhidos em novembro, ademais, tais alterações não ocasionam impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

NOTA 15 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	31/12/2015	31/12/2014
Capital Social (valores em milhares de Reais)	40.562	33.737
Total de associados	20.695	18.255

b) Juros ao Capital

A Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Progresso - Sicredi Progresso PR/SP, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 9,5% em Capital, no montante de R\$ 3.449 mil.

Calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC, neste exercício o seu pagamento foi considerado dedutível na apuração do imposto de renda e da contribuição social conforme prevê o parágrafo único, artigo 49, da Lei nº 4.506/1964 combinado com o artigo 348, II, do Decreto nº 3000 de 1999. Para tanto, a despesa financeira, passou a ser classificada como ato não cooperativo em 2014.

c) Destinações

A Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Progresso - Sicredi Progresso PR/SP, destinou suas sobras conforme o estatuto, sendo que 60% foram destinados para Reserva Legal e 5% para FATES.

NOTA 16 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com partes relacionadas, abaixo apresentamos as operações realizadas com as Centrais e Confederação:

	31/12/2015	31/12/2014
Ativo		
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 03d)	110.094	73.673
Rendas a receber	-	10
Diversos	1.332	1.365
Investimentos (Nota 09a)	5.484	5.484
Intangível (Nota 09b)	2.652	1.809
Passivo		
Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 12)	4.553	4.422
Provisões para pagamentos a efetuar	243	193
Credores Diversos	65	288
Receitas		
Outros ingressos e receitas operacionais	12.895	7.020
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	561	411
Outros Dispendios e Desp. Administrativa	390	326
Outros Dispendios Despesas Operacionais	4.162	5.773

valores em milhares de Reais

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração.

As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária. Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	31/12/2015	% em relação ao total	31/12/2014
Depósitos à vista	49	0,12%	132
Pessoas físicas	49		132
Depósitos a prazo	870	0,62%	750
Pessoas físicas - taxa pós-fixada	870		750
Operações de crédito	246	0,13%	1.066

valores em milhares de Reais

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	31/12/2015	31/12/2014
Pessoas chave da administração (*)	1.569	373

valores em milhares de Reais

*Os benefícios monetários destinados às partes relacionadas apresentaram uma variação de 320,64% em relação a 2014 decorrente da modificação na estrutura de governança da Cooperativa, onde ocorreu a constituição de Sureg própria com migrando os custos da Diretoria para a Cooperativa.

NOTA 17 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

Deste item na Demonstração de Sobras ou Perdas o valor de R\$ 12.334 mil (R\$ 6.609 mil em dezembro de 2014) refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central de Crédito e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ.

NOTA 18 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Este item na Demonstração de Sobras ou Perdas apresenta os seguintes valores: R\$ 3.400 mil (R\$ 3.094 mil em dezembro de 2014) refere-se ao rateio das despesas da Confederação Sicredi; R\$ 411 mil (R\$ 459 mil em dezembro de 2014) refere-se ao valor de Contribuição à Sicredi Fundos Garantidores e R\$ 352 mil (R\$ 375 mil em dezembro de 2014) refere-se ao rateio das despesas da Cooperativa Central de Crédito e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ.

NOTA 19 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

Coobrigações em garantias prestadas	31/12/2015	31/12/2014
Garantias prestadas em operações de associados	114.203	103.629
FINAME - Agrícola, Banco Sicredi, BRDE	23.277	25.213
Moderagro	24.897	30.169
Pronaf	39.505	36.765
Outros	26.524	11.482
Coobrigações em cessões de crédito	44	51
Total	114.247	103.680

valores em milhares de Reais

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes.

NOTA 20 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2015, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

NOTA 21 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2015.

Inácio Cattani
Diretor Executivo
CPF: 441.843.529-87

Alexandre Luiz Franco
Diretor de Operações
CPF: 039.683.299-70

Rodrigo Luis Mancuso da Cruz
Contador
CRC: RS-071614/O-8
CPF: 961.880.300-72